

COMPORTAMENTO POLÍTICO ENTRE OS LATINO-AMERICANOS

Data de aceite: 01/11/2023

José Vitor Lemes Gomes

Doutor em Ciências Sociais pela UFJF.
Professor na Universidade do Estado de
Minas Gerais.

Bruna Hana Santos Paixão

Graduanda em Pedagogia na UEMG/
Cláudio. Bolsista do projeto.

RESUMO: Esse artigo consiste em uma análise de dados relativos à algumas variáveis do comportamento político: a confiança política (confiança nas instituições e confiança interpessoal), a percepção da corrupção, os hábitos de informação sobre política, a participação política e o apoio a democracia. Trata-se de avaliar os padrões de comportamento político entre os latino-americanos, avaliando se tais padrões são favoráveis a consolidação e o desenvolvimento da democracia no continente. A pesquisa desenvolvida nesse projeto teve como objetivo descrever os padrões de comportamento político na América Latina, buscando compreender as possíveis associações das variáveis do comportamento político. Essa descrição foi viabilizada através da análise de dados levantados e disponibilizados pela ONG Latinobarómetro.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, confiança, comportamento político.

ABSTRACT: This article consists of an analysis of data relating to some variables of political behavior: political trust (trust in institutions and interpersonal trust), perception of corruption, information habits about politics, political participation and support for democracy. It involves evaluating patterns of political behavior among Latin Americans, assessing whether such patterns are favorable to the consolidation and development of democracy on the continent. The research carried out in this project aimed to describe the patterns of political behavior in Latin America, seeking to understand the possible associations of political behavior variables. This description was made possible through the analysis of data collected and made available by the NGO Latinobarómetro.

KEYWORDS: Democracy, trust, political behavior.

INTRODUÇÃO

Esse texto consiste em um relatório de pesquisa. Trata-se de uma pesquisa submetida e aprovada pelo Edital 06/2022 PIBIC¹-FAPEMIG²-UEMG. Projeto coordenado pelo Professor José Vitor Lemes Gomes que contou com o auxílio da bolsista Bruna Hana Santos Paixão.

A pesquisa desenvolvida nesse projeto teve como objetivo descrever os padrões de comportamento político na América Latina, buscando compreender as possíveis associações das variáveis do comportamento político. Essa descrição será viabilizada através da análise de dados levantados e disponibilizados pela ONG Latinobarómetro.

O comportamento político é um fenômeno complexo composto por opiniões, atitudes e condutas dos atores frente às questões políticas (MEYNAUD E LANCELOT, 1966). A formação/efetivação do comportamento político depende de percepções, valores, crenças (cultura) frente ao sistema político (regime autoritário ou democrático, as instituições etc.). As principais variáveis do comportamento político avaliadas nessa pesquisa serão: a confiança política (confiança nas instituições e confiança interpessoal), a percepção da corrupção, os hábitos de informação sobre política, a participação política e o apoio a democracia.

A corporação Latinobarómetro é uma ONG sem fins lucrativos com sede em Santiago no Chile. Trata-se de um instituto de opinião pública voltado para investigação do desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em seu conjunto. O Latinobarómetro realiza pesquisas quantitativas de opinião pública (survey), aplica anualmente cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, tais amostras representam mais de 600 milhões de habitantes. As pesquisas do Latinobarómetro foram iniciadas em 1995. A partir de 1996 o trabalho de campo do Latinobarómetro passou a incluir 17 países latino americanos.

Em 2004, com a inclusão da República Dominicana, o número de países pesquisados chegou a 18. Desde então as amostras anuais, superiores a 20.000 entrevistados, incluem representantes das populações da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, do Equador, de El Salvador, da Guatemala, de Honduras, do México, da Nicarágua, do Panamá, do Paraguai, da República Dominicana, do Uruguai e da Venezuela. Em 2018 o Latinobarómetro aplicou 20.204 entrevistas presenciais em 18 países entre os dias 15 de junho e 02 de agosto. Esse total de entrevistas foi distribuído entre os 18 países no intuito de compor amostras representativas das populações nacionais de cada país. A margem de erro é de cerca de 3% para a amostra de cada país (Latinobarómetro, 2018, 3). O banco de dados encontra-se disponível no site da instituição para manuseio em software estatístico.

¹ Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

² Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Essa pesquisa tem como objetivo descrever os padrões de comportamento político entre os latino-americanos, avaliando se tais padrões são favoráveis a consolidação e o desenvolvimento da democracia no continente. Diversos estudos (TOCQUEVILLE, 1979; ALMOND E VERBA, 1989; PUTNAM, 2006; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008) indicam que a adesão dos cidadãos ao regime democrático está associada a determinadas variáveis do comportamento político como: a confiança política (confiança nas instituições e nos concidadãos), percepção da corrupção, hábitos de informação e participação política (disposição para participar da vida comunitária). Desse modo, consideramos as seguintes hipóteses:

- I. Nos contextos em que os indicadores da confiança nas instituições são menores, também são menores os indicadores de apoio a democracia.
- II. Nos contextos em que a percepção da corrupção é maior, os indicadores de apoio a democracia tendem a ser menores.
- III. Nos contextos em que os hábitos de informação sobre política são menores, são menores os indicadores de apoio a democracia.
- IV. Nos contextos em que os indicadores de participação política são menores, também são menores os indicadores de apoio a democracia.

Os padrões do comportamento político variam em diferentes contextos. Diferentes contextos implicam em variações ao longo do tempo e do espaço, ou seja, as variações ao longo dos anos, e de país para país. A análise leva em conta vários países do continente em mais de 10 anos, isto é, de 2006 até 2018. O banco de dados do Latinobarómetro contém dados que viabilizam avaliar variações nos padrões do comportamento político em diferentes países e períodos, ou seja, a variação contextual é suficiente para testar as hipóteses.

JUSTIFICATIVA

Pesquisas no âmbito da Ciência Política (ALMOND E VERBA, 1989; PUTNAM, 2006) evidenciam que o comportamento político dos cidadãos possui associação significativa com a consolidação e a qualidade do regime democrático, assim como no funcionamento das instituições políticas. O funcionamento das instituições democráticas é melhor viabilizado quando os cidadãos apresentam determinadas disposições comportamentais.

Para Almond e Verba (1989) a cultura cívica seria um tipo híbrido de cultura política, marcada por ampla participação popular e pela congruência entre cultura e estrutura política. Almond e Verba (1989) sustentam que a democracia norte-americana era caracterizada por um alto grau de disposição para participação política e para o associativismo, traduzidos no conceito de cultura cívica, isto é, um complexo cultural que depende da existência de cidadãos bem informados, dotados de confiança mútua e nas instituições; da valorização da igualdade e do predomínio das relações horizontais; do cultivo da solidariedade e da cooperação comunitária.

Robert Putnam (2006) evidência que o bom desempenho das instituições democráticas é afetado pelos padrões de comportamento político da população. O autor desenvolveu pesquisas sobre a evolução de reformas políticas na Itália por duas décadas, constatando que o projeto de descentralização administrativa democratizante foi mais eficiente nas regiões do norte do que nas regiões do sul do país devido aos contrastes de diferentes padrões de cultura política. O estudo de Putnam corrobora o argumento de que a compreensão de qualquer fenômeno político depende, em parte, de variáveis comportamentais. As diferenças entre o desempenho institucional no norte e no sul da Itália comprovam que fenômenos políticos dificilmente são alterados apenas em função de leis, decretos ou reformas institucionais, mas tais mudanças são melhor viabilizadas se houverem disposições culturais e comportamentais favoráveis.

As pesquisas mencionadas enfatizam o aperfeiçoamento da democracia como regime político, indicando que o comportamento político é uma variável relevante para o sucesso do mesmo. Desse modo, **essa pesquisa se justifica** na importância de se descrever o comportamento político no intuito de compreender suas possíveis associações com os dilemas da democracia na América Latina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O comportamento político é um fenômeno complexo composto por opiniões, atitudes e condutas dos atores frente às questões políticas. A formação/efetivação do comportamento político depende de percepções, valores, crenças (cultura), das necessidades e interesses (economia), do sistema político (regime autoritário ou democrático).

No âmbito conceitual e teórico o comportamento passou a ser abordado como objeto de estudo da política no século XX quando alguns estudiosos norte-americanos passaram a considerar a interdisciplinaridade da Ciência Política com a Sociologia e a Psicologia. Esse movimento teórico no campo da Ciência Política é reconhecido como comportamentalismo e teve impulso a partir da recepção do behaviorismo e da influência de intelectuais alemães que introduziram teorias como as de Weber e Freud no contexto acadêmico estadunidense. De acordo com Pasquino (2010, 186) “os comportamentalistas sustentam que a análise política há de estar voltada para o estudo e observação do homem como um ator político e examinar não só suas ações, como também suas motivações, suas atitudes, suas expectativas, suas tendências, suas observações...”.

Meynaud e Lancelot (1966) descrevem o comportamento político em suas três dimensões (variáveis componentes): A opinião (comportamento verbal), a atitude (disposição para agir de determinada maneira) e a conduta (o comportamento efetivo, a ação em dado momento). O comportamento político pode ser conhecido através de suas variáveis componentes (opiniões, atitudes e condutas) pelas quais o ator expressa crenças, valores, conhecimento (mais ou menos informados sobre política), percepções, ideologias,

interesses e necessidades, tal como outros fatores fundamentais para o comportamento. Muitas das pesquisas sobre comportamento não têm acesso às condutas efetivas dos informantes. Por isso resta recorrer às declarações verbais dos entrevistados como fonte de conhecimento das opiniões e atitudes que são indicadores de disposições para condutas efetivas.

O comportamento político, tal como toda experiência humana, se dá em uma situação que terá efeito relevante sobre ele. A atitude, portanto, "...não pode nem deve ser separada do conteúdo da situação com que o indivíduo se confronta, de seu conteúdo social..." (MEYNAUD & LANCELOT, 1966,15). Portanto a devida compreensão do comportamento político dos cidadãos deve se dar através do levantamento de suas experiências pessoais no meio social vivenciado por esse indivíduo. Entre todas as condições contextuais vivenciadas pelos indivíduos deve-se considerar o seu background socioeconômico: a família, a classe social, a religião, a renda, a profissão, o local de residência, a escolaridade, o nível de conhecimento da política, bem como os hábitos de informação sobre a política. Todas essas dimensões da vida social compõem a situação na qual se inserem os indivíduos e terá forte influência para seus comportamentos.

O comportamento político é condicionado por inúmeros fatores, entre os quais destacamos os fatores culturais e econômicos. Desse modo considera-se duas teorias explicativas do comportamento político: a Teoria da Cultura Política e a Teoria da Escolha Racional.

A abordagem culturalista da política pressupõe que o comportamento dos cidadãos é influenciado pela cultura, a qual tem o papel de definir quais são as práticas políticas aceitas e toleradas em uma sociedade³. Desse ponto de vista, a cultura cumpre o papel de uma das variáveis indispensáveis para o entendimento das dos padrões comportamentais que desencadeiam os principais fenômenos políticos, entre os quais a corrupção. Estudos com esse viés remetem ao clássico estudo de Tocqueville, *A Democracia na América* (1979). Tocqueville (1979) exalta a cultura como fonte da democracia na América. Ao buscar entender a democracia no novo mundo, o pensador francês encontra a resposta nos hábitos e costumes que guiaram a organização social e política entre os americanos.

Apesar dos argumentos culturais que Tocqueville utiliza para explicar a política, é só no século XX que se efetiva uma teoria específica para relacionar cultura e política, isto é, a Teoria da "Cultura Política", corrente de estudos inaugurada a partir das ideias de Almond e Verba (1989). O conceito "cultura política" designa:

...o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objetos fenômenos políticos. Assim poderemos dizer, a modo de ilustração (...) a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentimento de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas... (GIACOMO, 2010,306).

3 De acordo com essa perspectiva, as instituições políticas só serão eficazes quando os comportamentos predominantes estiverem em sintonia com as práticas prescritas e aceitas pelas normas institucionais, pois em caso contrário, as instituições encontrariam grandes dificuldades para serem efetivadas.

A teoria da cultura política surgiu nos Estados Unidos durante a década de 1960 e teve como seu marco fundador a obra *The civic culture* (1989) de Gabriel Almond e Sidney Verba. A inovação dessa nova corrente de estudos foi a de considerar a cultura como variável digna de análise para o entendimento do comportamento político. Almond e Verba (1989), no entanto, não se referiam a um contexto de cultura geral que designasse todas as crenças, explicações, atitudes e esquemas de ação, mas, apenas, ao âmbito da cultura que se refere à política.

O termo cultura política se refere especificamente às orientações políticas – atitudes dirigidas ao sistema político em suas várias partes e atitudes dirigidas aos papéis do sistema. Nós falamos de cultura política tal como nós falamos de uma cultura econômica ou cultura religiosa. Trata-se de um conjunto de orientações dirigidas a um conjunto específico de objetos e processos sociais. (ALMOND & VERBA, 1989, 12)⁴

O foco de Almond e Verba (1989) é a dimensão subjetiva da política, isto é, o sistema de crenças e significações politicamente partilhadas pela perspectiva dos agentes sociais. Nesses termos a cultura política será fundamental para pensarmos o comportamento dos cidadãos frente à corrupção, afinal, tal comportamento resulta das crenças e significados que a população partilha sobre a corrupção na política e da sua capacidade de ação frente à mesma.

O estudo de Robert Putnam, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (2006), é emblemático, pois evidencia os possíveis descompassos entre a cultura política e modernização institucional em uma democracia. Putnam observou o desenrolar de reformas modernizantes nas instituições políticas da Itália durante vinte anos. Esse estudo foi iniciado na década de 1970 quando a Itália passou por uma descentralização administrativa de Roma para vários governos regionais recém-criados e eleitos. O objetivo do autor foi saber até que ponto o desempenho institucional seria dependente do contexto social que envolve a cultura local de cada região italiana. Putnam (2006) demonstra, ao longo de sua obra, que a defasagem de desempenho institucional das regiões meridionais, em relação às regiões setentrionais da Itália, se deveu primordialmente às diferenças culturais entre as duas partes do país.

O estudo de Putnam reforça o argumento de que a compreensão de qualquer fenômeno político depende, em parte, de variáveis culturais. As diferenças entre o desempenho institucional no norte e no sul da Itália comprovam que fenômenos políticos dificilmente são alterados apenas em função de leis, decretos ou reformas institucionais. Grandes mudanças políticas demandam fundamentos culturais afinados com as inovações, por isso, em determinados casos, a mudança política requer a modificação de crenças, valores e atitudes que culminem na efetivação de novos hábitos e disposições por parte da multidão de cidadãos que compõe uma sociedade política.

⁴ Tradução livre.

Putnam (2006) indica que nas regiões do norte italiano, onde a descentralização administrativa foi mais bem-sucedida, prevalece entre os cidadãos a maior disposição para participação em práticas associativas; os cidadãos possuem mais hábitos de informação sobre política, logo são mais esclarecidos; prevalece maior confiança nas instituições políticas, assim como é maior a confiança mútua. Tais disposições comportamentais são compreendidas pelo autor como fatores que viabilizaram o sucesso da descentralização administrativa democratizante. Essa compreensão é reforçada pelo fato de que nas regiões do sul italiano ocorre associação inversa, ou seja, o insucesso da reforma institucional se deu em um cenário de escassez daquelas disposições comportamentais abundantes nas regiões setentrionais do país.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

A pesquisa em desenvolvimento nesse projeto possui a finalidade descritiva sobre o comportamento político dos latino-americanos. De acordo com Gil (2014) o método descritivo tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Trata-se de descrever o comportamento político dos latino-americanos no que se refere às seguintes variáveis: confiança política, percepção da corrupção, hábitos de informação, participação política e apoio a democracia. A pesquisa proposta objetiva avaliar as variações do comportamento político em diferentes países latino-americanos, ao longo de mais de 20 anos, buscando compreender se tais variações ocorrem como previsto na hipótese. Se esse for o caso será possível constatar a associação das variáveis ao longo do tempo e em diferentes países, ou seja, a elevação do apoio a democracia ocorre em contextos em que se elevam a confiança política, os hábitos de informação, a participação política e quando se reduz a percepção da corrupção.

Essa pesquisa possui uma abordagem quantitativa. De acordo com Richardson (2014), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Trata-se de avaliar os dados disponibilizados pelo instituto Latinobarómetro que adota como técnica de pesquisa um survey formulado com questões de múltipla escolha para uma amostra representativa da população latino-americana, aplicado anualmente desde 1995 em vários países do continente.

O banco de dados do Latinobarómetro encontra-se disponível para download em seu site, em arquivos ZIP, operacionalizáveis nos softwares estatísticos SPSS, Estado, SAS, R, em espanhol e inglês, com dados dos anos de 1995 a 2020. Essa pesquisa visa operacionalizar os dados, no intuito de selecionar questões alinhadas com as variáveis centrais desse projeto, isto é, confiança política, percepção da corrupção, hábitos de informação, participação política e apoio a democracia. Será possível estabelecer relação

entre os temas de diferentes variáveis, descrever frequências ao longo dos anos para amostra continental e de países específicos, estabelecer médias entre diferentes países e compilar sua evolução ao longo dos anos. O professor proponente se compromete a treinar o aluno bolsista para o manuseio dos softwares mencionados.

Considerando as hipóteses e objetivos traçados nesse projeto, a pesquisa tem como prioridade: Avaliar a evolução dos indicadores das variáveis do comportamento político entre os latino-americanos (confiança política, percepção da corrupção, hábitos de informação, participação política e apoio a democracia) no intuito de avaliar se o apoio a democracia diminui nos contextos (épocas e países) em que se reduz a confiança política, os hábitos de informação, a participação política e quando se aumenta a percepção da corrupção. Os dados estatísticos disponibilizados pelo Latinobarómetro permitem a realização dessa análise considerando a variação dos indicadores entre diferentes países latino-americanos ao longo de mais de 20 anos.

RESULTADOS

Apoio à democracia

Baqueiro (2003) entende que se configurou no Brasil uma cultura política de caráter híbrido que combina predisposições favoráveis à democracia e negatividade sobre suas instituições. Essa contradição poderia estar levando a um declínio da adesão a democracia por parte da população? Moisés (2008) sugere que a desconfiança e a insatisfação geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia. Tais fatos estariam colocando o apoio da população à democracia em risco? Os dados apresentados a seguir e os acontecimentos políticos dos últimos anos podem ajudar nessa reflexão.

Para Moisés (1995) as transformações da estrutura política com a redemocratização foram acompanhadas por profundas mudanças na cultura política dos brasileiros. Porém o autor ressalta que a renovação da cultura política no Brasil encontra limites na desigualdade social, no caráter incompleto da modernização econômica e na insuficiência de lideranças políticas. Muitos brasileiros estariam insatisfeitos com a democracia devido a frustração em relação a tais problemas, persistentes apesar da redemocratização. Trata-se de uma percepção equivocada, afinal a democracia não é a causa dos problemas, pois esses já existiam desde o regime autoritário.

Os dados a seguir corroboram as teses apresentadas acima (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; 1995), ou seja, ocorre uma preferência pela democracia simultânea a desconfiança nas instituições políticas. O gráfico 1 evidencia que, entre os anos de 2006 e 2018, a maioria dos latino-americanos manifestaram preferir a democracia a qualquer outra forma de governo.

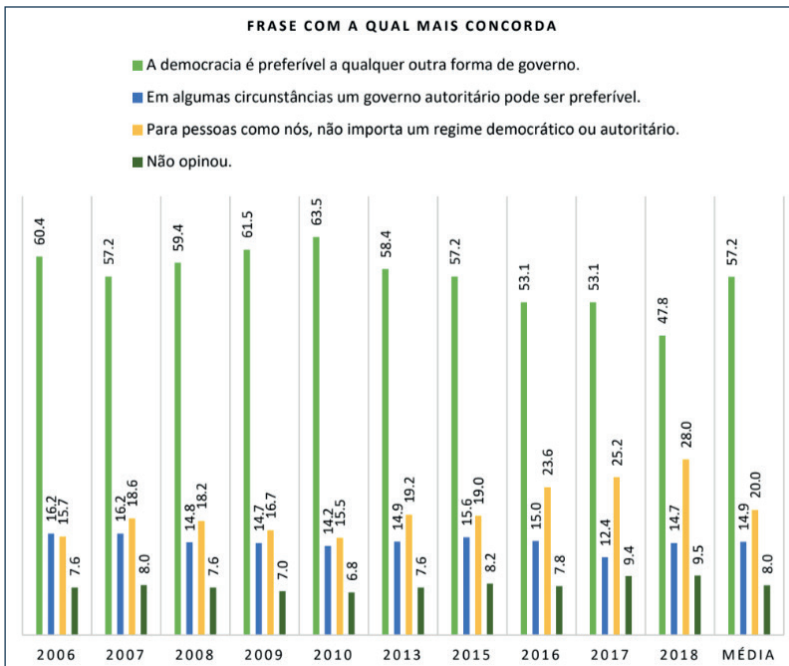


Gráfico 1: Democracia ou autoritarismo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

Apesar dos dados de preferência pela democracia serem significativos, a satisfação com o regime democrático no continente latino-americano é baixa. Na média da série histórica (2006-2018) apenas 9,3% manifestaram satisfação com a qualidade da democracia no continente. O gráfico 2 evidencia que a maioria dos entrevistados se manifestam “não muito satisfeito” com a democracia.

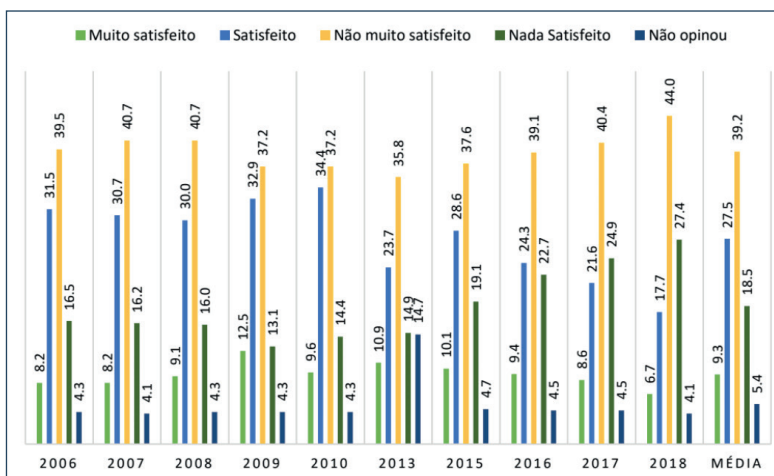


Gráfico 2: Satisfação com a democracia.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

Os dados apresentados demonstram uma contradição, isto é, ao mesmo tempo que a maioria dos latino-americanos prefere a democracia a qualquer outra forma de governo, não se encontram satisfeito com os regimes democráticos tal como esses estão consolidados em seus países. O objetivo dessa pesquisa é avaliar a quais fatores estariam associados a baixa satisfação com a democracia. Entre as hipóteses consideramos que a escassez de confiança (interpessoal e nas instituições); a elevada percepção da corrupção; a escassez de hábitos de informação e de participação política, seriam fatores associados a insatisfação com a democracia. Iniciamos a avaliação com o levantamento dos indicadores de confiança, descritos na próxima seção.

(Des)confiança

(Des)confiança interpessoal

O gráfico 3 evidencia que prevalece a desconfiança mútua entre os cidadãos latino-americanos. Em todos os anos da série histórica analisada (2006-2018) mais de 70% dos entrevistados concordam com a frase de que uma pessoa nunca é suficientemente cuidadosa no trato com os demais. Por outro lado, os respondentes que preferem concordar com a frase “pode-se confiar na maioria das pessoas” nunca ultrapassa ¼ da amostra. De acordo com a literatura (PUTNAN, 2006) a escassez de confiança interpessoal evidencia a improbabilidade de disposição para cooperação em causas e projetos de interesse coletivo, o que dificulta a consolidação de uma democracia mais participativa.

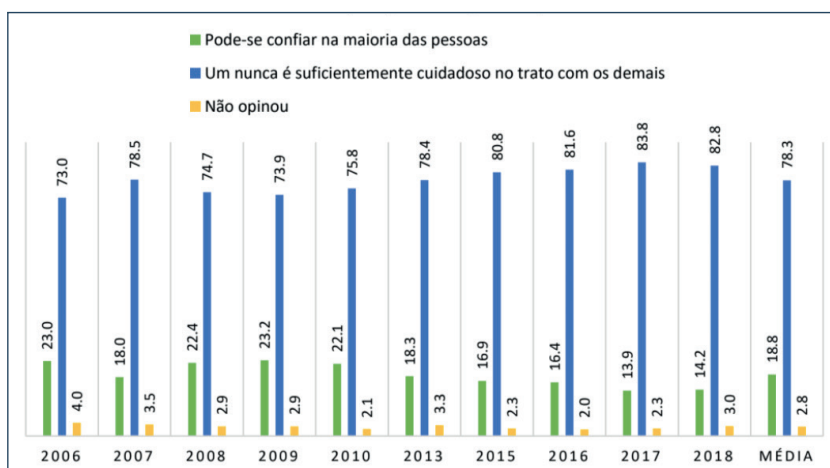


Gráfico 3: (Des)confiança interpessoal.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

(Des)confiança nas instituições

O que os dados sugerem quanto à confiança nas instituições? Seleccionamos dados sobre a confiança nas três instituições fundamentais do regime democrático, isto é, o judiciário, o legislativo e o executivo. Os resultados revelam baixa confiança nas instituições entre os latino-americanos.

No gráfico 4 constam os indicadores de confiança na justiça (poder judiciário). Fica evidente a prevalência de pouca confiança na justiça, com a ressalva de que a partir de 2013 cresce consideravelmente o percentual daqueles que declaram nenhuma confiança no judiciário, sendo que em 2017 e 2018 esses formam maioria na amostra.

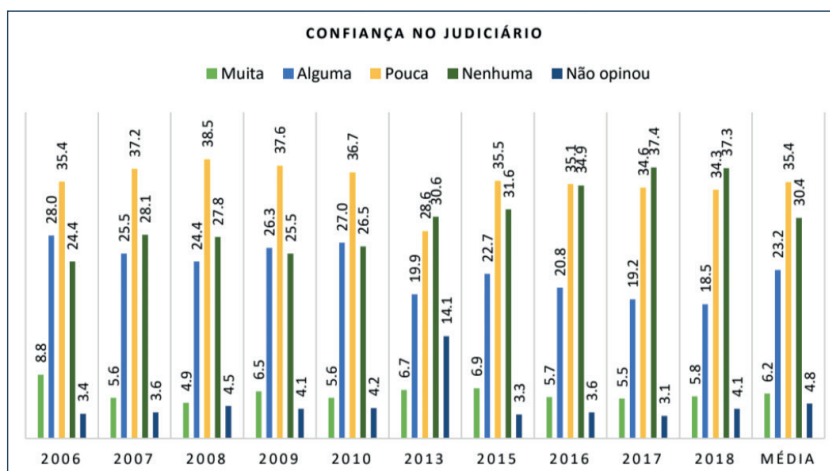


Gráfico 4: (Des)confiança na justiça.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

No que se refere a confiança no legislativo se repete o mesmo padrão de desconfiança no judiciário, ou seja, prevalecem aqueles que manifestam pouca confiança na instituição em questão (congresso nacional). O gráfico 5 evidencia que em 2013 o percentual dos respondentes que manifestam nenhuma confiança no congresso forma maioria e isso se repete em 2017 e 2018.

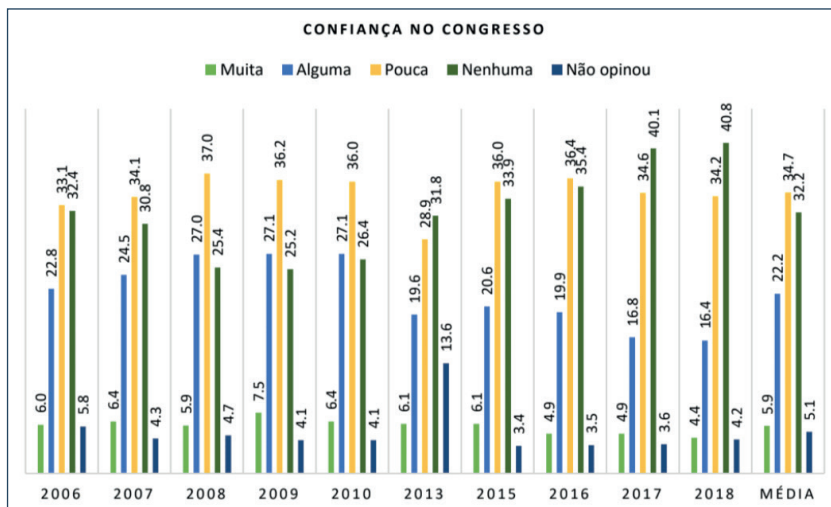


Gráfico 5: (Des)confiança no legislativo nacional.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarômetro. (2023).

Considerando o gráfico 5, cabe destacar que é ínfimo o percentual dos respondentes que manifestam muita confiança no poder legislativo. O mesmo pode ser observado em relação ao poder executivo. O gráfico 6 evidencia que, na média da série história (2006-2018), a maioria dos respondentes manifestou pouca confiança no governo (executivo federal). No entanto, o percentual daqueles que indicam nenhuma confiança no governo passa a crescer consideravelmente a partir de 2013 e formam maioria a partir de 2016.

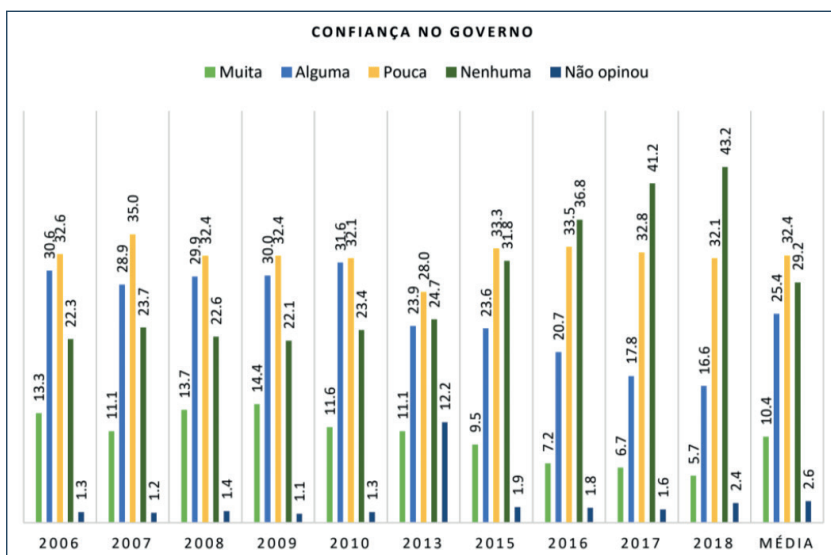


Gráfico 6: (Des)confiança no governo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarômetro (2023).

Além da avaliação dos três poderes, cuja consolidação e independência é fundamental para democracia, procuramos avaliar a confiança dos cidadãos em outra instituição fundamental do regime democrático, isto é, os partidos políticos. Nesse caso, o grau de desconfiança é mais grave. No gráfico 7, ao considerarmos a média da série histórica (2006-2018), o percentual daqueles que indicam nenhuma confiança nos partidos forma maioria, seguidos pelos que apontam pouca confiança. É notável que o crescimento da desconfiança nos partidos políticos se intensifica consideravelmente a partir de 2015, apesar de sempre ter sido grande.

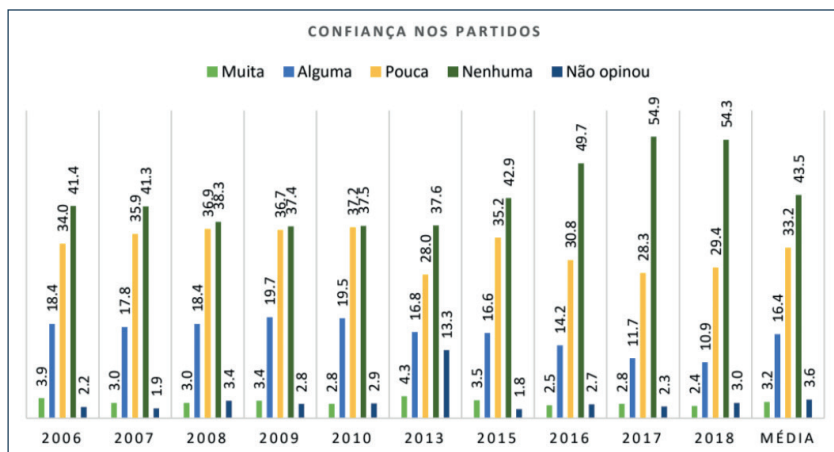


Gráfico 7: (Des)confiança nos partidos políticos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

É notável que o diagnóstico da literatura da Ciência Política (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 1995; 1998...) é corroborado pelos dados do Latinobarómetro. Persiste no Brasil e na América Latina uma desconfiança generalizada nas instituições políticas e os dados apresentados indicam que esse problema tem se agravado nos últimos anos. Merece destaque o fato de tais dados serem elevados ao mesmo tempo que é elevada a insatisfação com a democracia. Ao observarmos a evolução dos dados entre 2015 e 2018 é perceptível o crescimento da insatisfação com a democracia e da desconfiança em relação as instituições democráticas, o que sugere uma associação entre tais variáveis.

Percepção da corrupção

Na série histórica (2006-2018) do Latinobarómetro a questão que se repetiu em todos os anos foi: “você ou sua família souberam de algum ato de corrupção”? É notável que a maioria dos respondentes indicaram não terem sabido de algum ato de corrupção. Tais dados podem levar a crer que a percepção da corrupção é baixa entre os latino-americanos, mas ao avaliarmos outras questões sobre o tema constata-se o contrário.

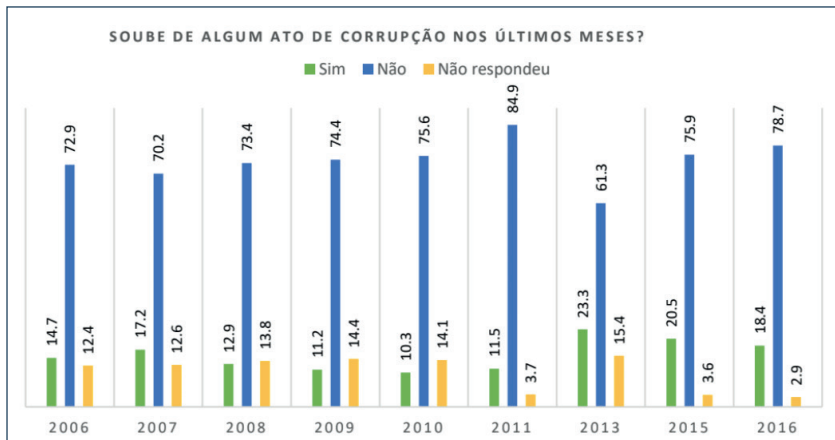


Gráfico 8: Soube de algum ato de corrupção nos últimos meses?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Ao serem questionados se percebem progresso na redução da corrupção nas instituições do Estado, a maioria dos respondentes indicam “pouco” ou “nada” no progresso da redução da corrupção. Essa questão não foi repetida em todos os anos da série histórica (2006-2018), mas nos quatro anos em que foi aplicada resultou em uma percepção de pouco avanço no combate a corrupção.

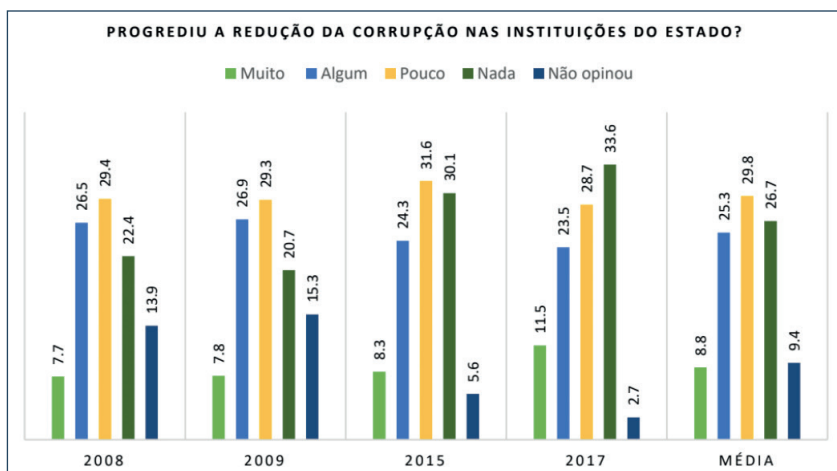


Gráfico 9: Progresso na redução da corrupção nas instituições do Estado.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro. (2023).

No ano de 2016 foi aplicada a questão: “A corrupção aumentou muito no último ano?” Mais de 60% dos respondentes indicaram que aumentou pouco ou um pouco. Esse dado evidencia uma considerável percepção da corrupção nos países latino-americanos.

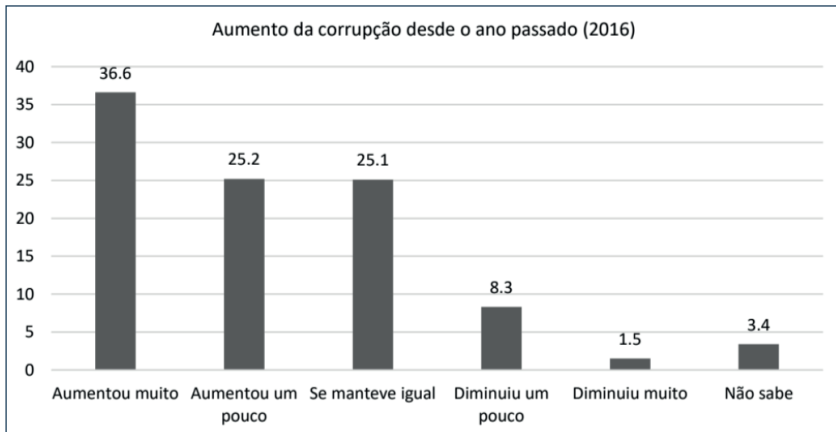


Gráfico 10: Percepção do aumento da corrupção no último ano (2016)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Ainda no ano de 2016, ao serem questionados se percebem a corrupção em diferentes grupos, os respondentes manifestaram considerável percepção da corrupção entre os funcionários da presidência, entre os parlamentares, entre os funcionários públicos, entre os juizes e entre os empresários. A questão demonstra que os latino-americanos percebem corrupção não apenas entre os políticos que ocupam cargos eletivos, mas também entre funcionários de carreira do Estado e entre os empresários (setor privado). Esse dado permite compreender que há, entre os latino-americanos, uma percepção de corrupção generalizada na sociedade.

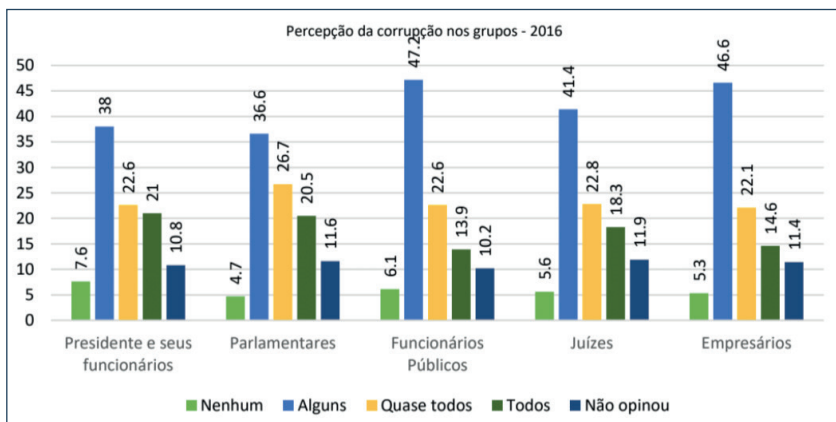


Gráfico 11: Percepção da corrupção em diferentes grupos – 2016

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

No ano de 2017 foi aplicada a questão: Como o governo tem atuado na luta contra a corrupção? Mais da metade dos respondentes entendem que o governo atua mal ou muito mal na luta contra a corrupção. Revela-se um pessimismo em relação ao combate à corrupção expresso na percepção de que o governo não está comprometido com o enfrentamento da questão.

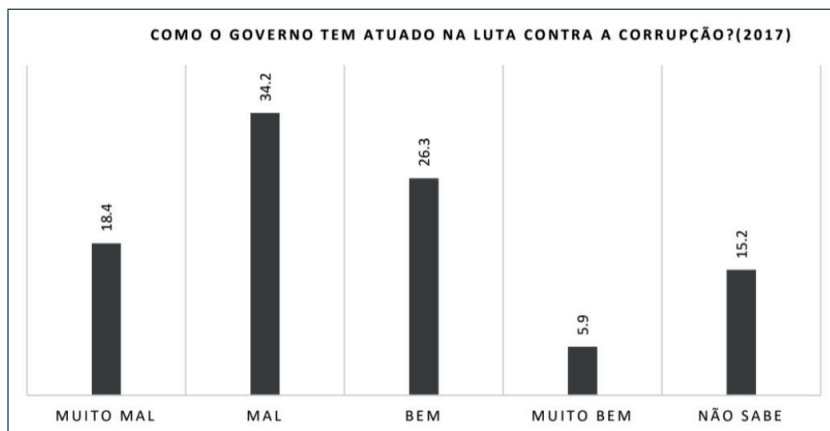


Gráfico 12: Como o governo tem atuado na luta contra a corrupção? (2017)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Os dados sobre percepção da corrupção permitem concluir que há, entre os latino-americanos, uma considerável percepção de que ocorre muita corrupção em seus países e de que essa prática é generalizada em diferentes grupos.

Hábitos de informação

Inspirada nas pesquisas apresentadas pela literatura da Ciência Política, essa pesquisa visa avaliar os hábitos de informação sobre política entre os latino-americanos. As pesquisas mencionadas evidenciam que a informação afeta o comportamento político. Desse modo, cabe avaliar, através dos dados do Latinobarómetro, se as variações nos hábitos de informações dos latino-americanos estão associadas a variações na confiança política e no apoio a democracia. Trata-se de testar a hipótese proposta: nos contextos em que os indicadores de hábitos de informação são maiores simultaneamente é maior o apoio a democracia, ou seja, cidadãos mais bem informados tendem a apoiar com mais intensidade o regime democrático.

A disposição para se informar sobre um assunto é maior entre as pessoas interessadas naquele assunto. O interesse por política indica uma tendência de hábitos de informação mais consolidado. No caso dos dados apresentados a seguir, revela-se um baixo grau de interesse por política entre os latino-americanos. Se somar-se os “muito interessados” e os “interessados”, constata-se a maior taxa de interesse no ano de 2007, 31,3% dos respondentes. Além disso, o percentual daqueles que se declaram “nada interessados” por política é sempre o maior nos quatro anos levantados.

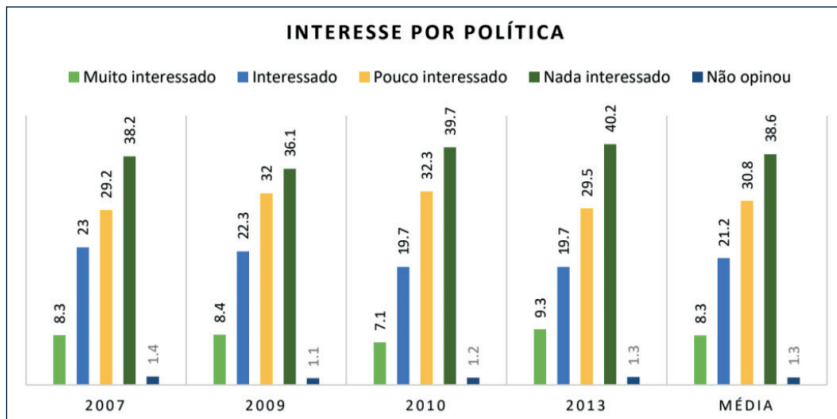


Gráfico 14: Interesse por política.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O baixo grau de interesse por política manifesto pelos respondentes sugere que os hábitos de informação não sejam os ideais para um elevado nível de entendimento sobre a política. Nos anos considerados a internet se consolida como o mais usual meio de comunicação para informar sobre política.

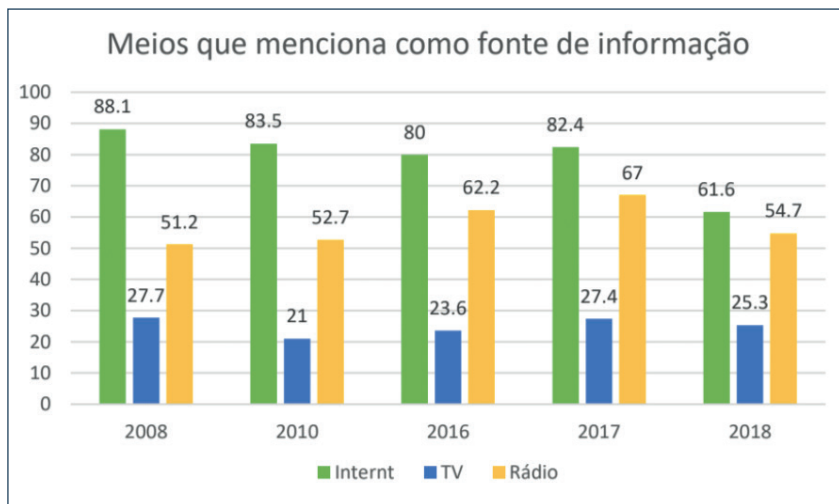


Gráfico 15: Meios mencionados como fonte de informação sobre política (%).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O hábito de conversar sobre política pode ser uma fonte alternativa de informação, afinal as pessoas podem trocar informações em suas conversas. Os dados do gráfico 16 revelam que o tema da política faz parte de suas conversas em família, com amigos e colegas de trabalho.

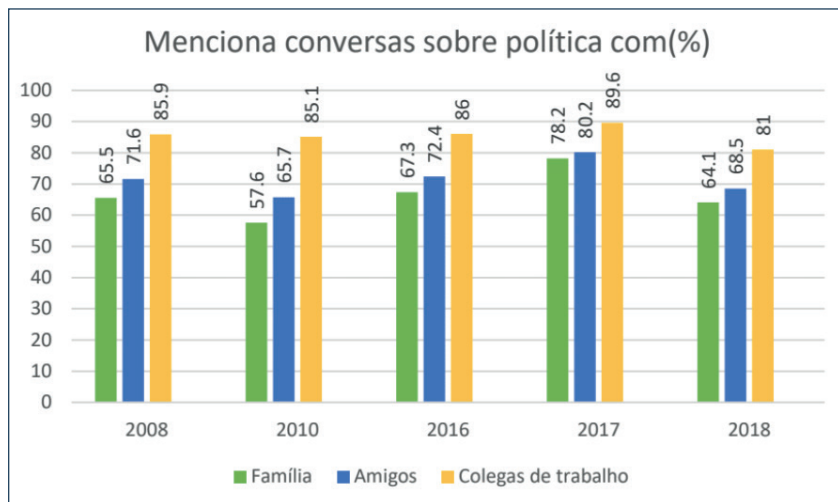


Gráfico 16: Como se informa sobre política? Mencionam conversas com (%):

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Os dados levantados sobre os hábitos de informação revelam que predomina entre os latino-americanos baixo grau de interesse por política, que se informam mais pela internet do que pela TV ou rádio e que a política é um tema tratado nas conversas com parentes amigos e colegas de trabalho. No entanto tais dados não permitem compreender a qualidade da informação entre os respondentes. Os dados sugerem que os respondentes foram expostos a conteúdos relativos à política, através dos meios de comunicação de massa e de conversas com outras pessoas, mas não esclarecem quanto a qualidade da informação.

Participação política

A participação política implica em diversas formas de engajamento dos cidadãos a ações coletivas em favor de interesses comunitários. A adesão associações civis (como por exemplo associações de moradores, associações religiosas, etc.), a sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, engajamento em coleta de assinaturas e diversas outras formas de ação coletiva em prol do interesse coletivo. A disposição para votar nas eleições, bem como a valorização do voto secreto é outra evidência relevante da participação política. A participação política é essencial para consolidação democrática. É através das diversas formas de participação que os cidadãos podem formular e expressar suas preferências.

Para Dahl (2012), a democracia deve ser aprofundada além das garantias plenas de oposição partidária ao governo, pois isso, por si só, não garante o desenvolvimento da opinião pública, o que depende da "...responsividade do governo às preferências de seus concidadãos, considerados como politicamente iguais" (DAHL, 2012, 25-26). Nesse caso

todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas de: formular suas preferências; expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou coletiva; e de ter suas preferências igualmente consideradas na condução do governo.

No tópico 6.6.2 desse relatório de pesquisa constam dados que evidenciam o baixo grau de confiança nas instituições democráticas. Desse modo, é de se esperar que a maioria dos respondentes apresentem baixa disposição de adesão e participação política. Nesse sentido, os dados do gráfico 17 corroboram a hipótese, ou seja, o número de respondentes filiado a um partido político é baixo, a maioria nunca pertenceu a um partido.

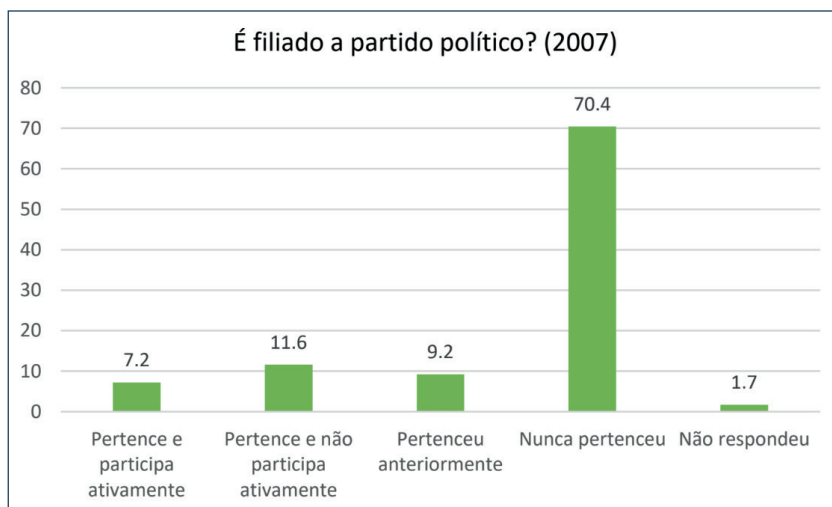


Gráfico 17: Participação através da filiação a um partido político.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

A baixa participação através da filiação a partidos políticos é persistente ao longo dos anos (2011-2016) e independe da posição do partido em relação ao governo (situação ou oposição). Em média, mais da metade dos respondentes nunca se filiou a um partido. É importante lembrar que o grau de confiança nos partidos políticos, entre os respondentes é baixo, fator que pode estar associado a baixa adesão dos mesmos a tais instituições.

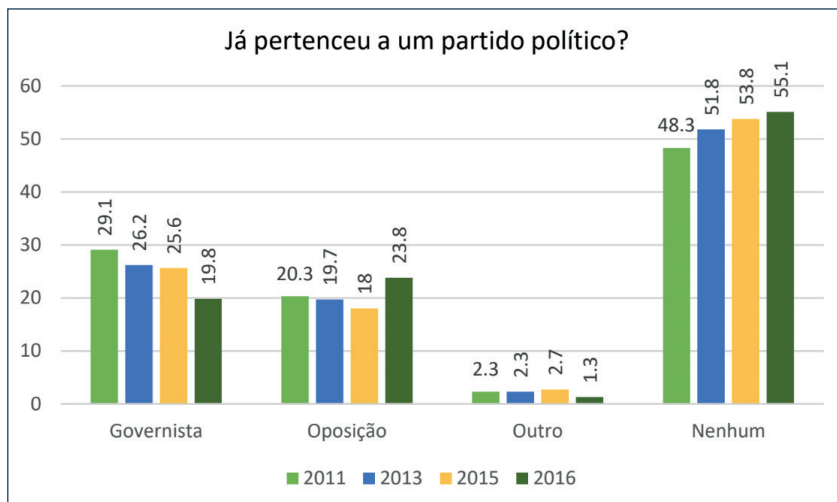


Gráfico 18: Filiação à partidos (2011-2016).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

A participação política pode ocorrer fora das instituições políticas, através de assinaturas em petições, da participação em manifestações populares, ou mesmo através do voto. Mesmo nesses casos, a participação dos latino-americanos não é elevada. A maioria dos respondentes nunca sequer assinou uma petição.

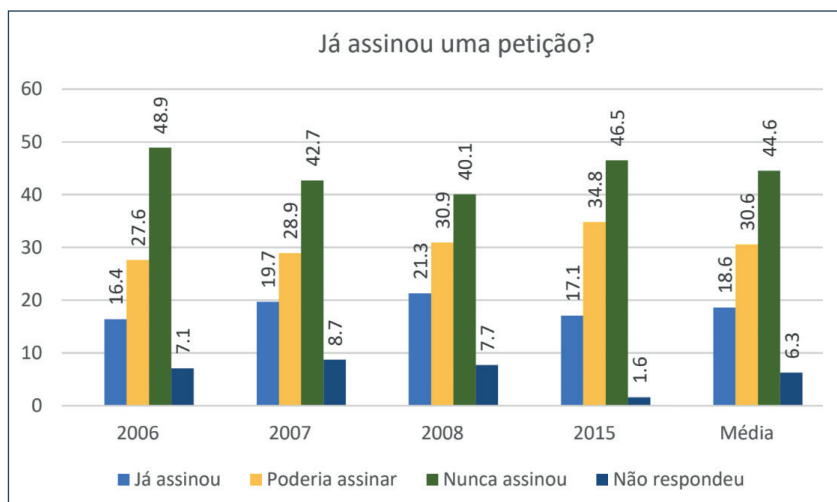


Gráfico 19: Assinar petições.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O percentual de respondentes que afirmaram já ter participado de manifestações populares autorizadas não ultrapassa os 20% (1/5 da amostra) considerando 4 anos em que a questão foi aplicada. Tais dados evidenciam a baixa participação política entre os latino-americanos.

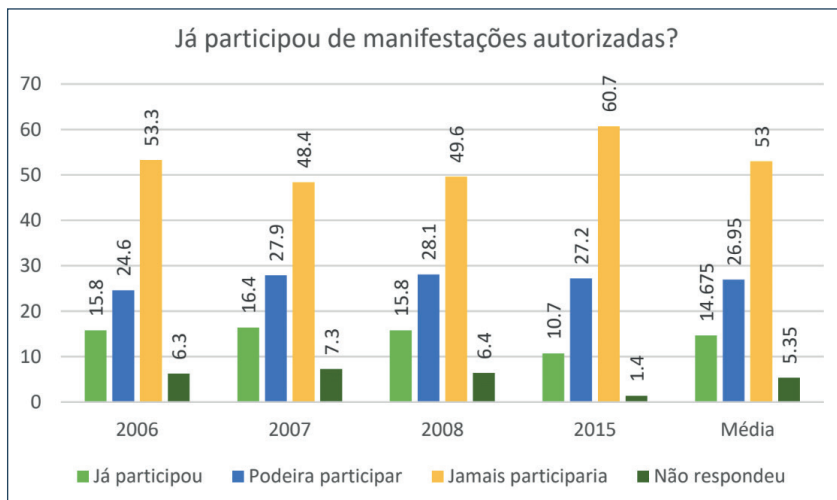


Gráfico 20: Participação em manifestações autorizadas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O reconhecimento da importância do voto (forma de participação política) não é uma atitude majoritária entre os respondentes. Mais de 60% dos respondentes não mencionam o voto como requisito da boa cidadania. Apesar disso, os dados indicam que o comparecimento eleitoral foi de, no mínimo, 73,6% dos respondentes.

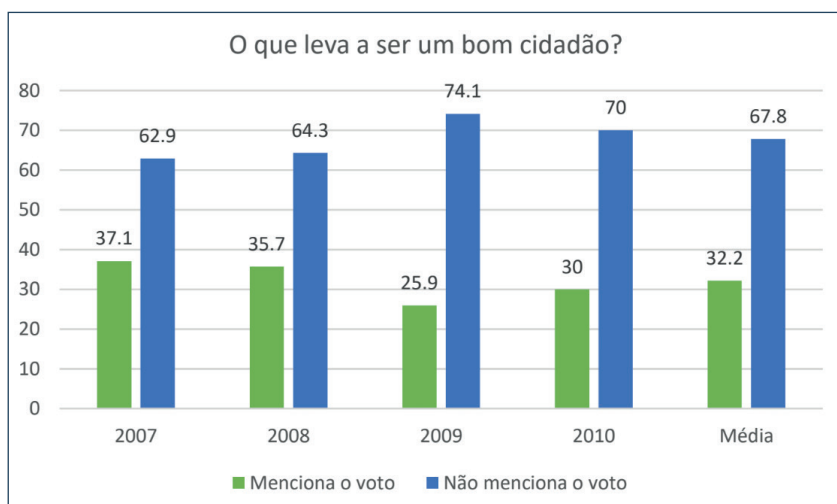


Gráfico 21: O voto é requisito da boa cidadania?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

Apesar de a maioria não mencionar o voto como requisito da boa cidadania, os dados indicam que o comparecimento eleitoral foi de, no mínimo, 73,6% dos respondentes, tal como explicito no gráfico 22.

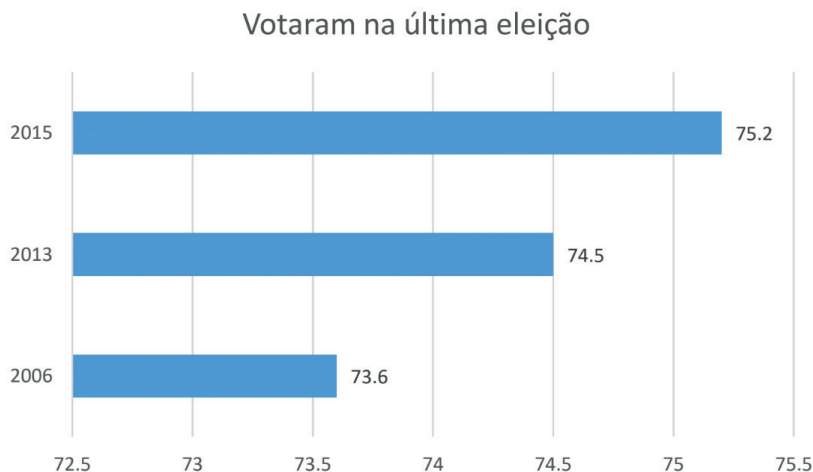


Gráfico 22: Votou na última eleição?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Latinobarómetro (2023).

O comparecimento eleitoral cresce discretamente entre os anos de 2006 e 2015. Pode-se dizer que o comparecimento eleitoral é razoável, mas considerando os dados do gráfico 21, é possível considerar que o voto não é concebido como uma forma de participação política tão relevante para os respondentes.

Considerando os dados apresentados pode-se considerar que o hábito de participação política entre os latino-americanos não é elevado do ponto de vista quantitativo. É razoável supor que a desconfiança em relação às instituições políticas, a elevada percepção da corrupção e os consideráveis índices de satisfação com a democracia estejam associados, como um desestímulo, à participação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados levantados sobre a satisfação com a democracia e a confiança nas instituições evidenciam que a hipótese 1 é parcialmente corroborada pelos dados, ou seja, a baixa satisfação com a democracia é simultânea ao baixo grau de confiança nas instituições democráticas. Os dados indicam baixo grau de confiança no judiciário, no legislativo nacional, no governo e nos partidos. Ao mesmo tempo os indicadores de satisfação com a democracia evidenciam que a maioria dos respondentes se mostram não muito satisfeitos ou pouco satisfeitos.

A baixa satisfação com a democracia também é simultânea a considerável percepção da corrupção. A maioria dos respondentes indicaram perceber a existência de corrupção em diferentes grupos (funcionários da presidência, parlamentares, funcionários públicos, juízes e empresários). Ainda manifestaram que percebem pouco progresso no combate da corrupção, crescimento da mesma e mal desempenho do governo no seu combate. Possivelmente o baixo grau de confiança nas instituições está associado a percepção da corrupção nas mesmas, assim como a baixa satisfação com a democracia pode estar associada a tais variáveis do comportamento político. Tais constatações corroboram parcialmente a hipótese II, isto é, nos contextos em que a percepção da corrupção é maior, os indicadores de apoio a democracia tendem a ser menores.

No que se refere aos hábitos de informação sobre política é notável o baixo grau de interesse por política manifesto pelos respondentes. É esperado que pessoas menos interessadas em um assunto se informem menos sobre o mesmo. Considerando os dados do gráfico 14, encontra-se que na média dos valores de 4 anos (2007, 2009, 2010, 2013), 69,4% dos respondentes manifestaram-se pouco ou nada interessados por política. Os dados evidenciam que o baixo interesse por política é simultâneo ao baixo grau de satisfação com a democracia. Nessas condições a hipótese III só pode ser corroborada parcialmente, pois o levantamento não apresenta dados conclusivos sobre a qualidade da informação sobre política entre os respondentes.

Os dados ainda evidenciam o baixo grau de participação política entre os respondentes. Mais de 70% nunca pertenceram a um partido político (gráfico 17). Na média, mais de 18,6% já assinaram uma petição (gráfico 19). Na média, apenas 14,6% já participaram de manifestações (gráfico 20). Na média, 67,8% não mencionam o voto como um requisito da boa cidadania. Tais dados são evidências de uma baixa disposição para participação política. Nessas condições, pode-se afirmar que a hipótese IV é parcialmente corroborada, pois os indicadores de baixa participação política são simultâneos aos indicadores de insatisfação com a democracia.

Portanto, é notável que a pesquisa levantou inúmeros dados relativos ao comportamento político entre os latino-americanos. Tais dados revelam que a considerável insatisfação com a democracia é simultânea a elevadas taxas de desconfiança nas instituições política e a elevada percepção de corrupção. A insatisfação com a democracia ainda é simultânea com os indicadores que sugerem baixa disposição para informação e participação política. No entanto, é importante reconhecer que, apesar de tudo, os latino-americanos ainda preferem a democracia a um governo autoritário (gráfico 1). Os dados vão de encontro ao argumento de Baquero (2003) de que se configurou no Brasil uma cultura política de caráter híbrido que combina predisposições favoráveis à democracia e negatividade sobre suas instituições.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua Nova, São Paulo nº39, 1997. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ln/a/Lr4PhhhK8GzcBSL7MCTdfnC/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: set, 2023

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, nº21, nov. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8zCdyj9qYKBWcQVWJ3M8Ssq/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: set, 2023.

CASTRO, M. M. M. de. & NUNES, F. Candidatos corruptos são punidos? Accountability na eleição brasileira de 2006. Opinião pública, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/T4rVp8pzqgDN9nKPRVwTzNK/>> . Acessado em: set, 2023.

DAHL, R. A. Poliarquia. São Paulo: Ed. USP, 2012.

FUKS, M & PEREIRA, F.B. Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. RBCS, Vol. 26, nº76, junho, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/KkfhXj7pTd9NbgjKsbv4Pvf/?lang=pt>> . Acessado em: set, 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

LATINOBARÓMETRO. Fonte de dados. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp?Idioma=0&CMSID=Datos&Idioma=0&CMSID=Datos> . Acessado em: Set, 2023.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2018. Fonte: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp> . Acesso em 08/07/2022>.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2020. Fonte: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em 20/08/2022.

MEYNAUD, J. & LANCELOT, A. As atitudes políticas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 23, Fev, 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/SwtcNzKgzLJYNQsbyy63VQI/?format=pdf&lang=pt>> . Acessado em: Set, 2023.

MOISÉS, J. Á. Os brasileiros e a democracia. *São Paulo: Ática, 1995.*

POWER, T. & JAMISON, G. Desconfiança política na América Latina. Opinião pública, Campinas, Vol. XI, nº 1, Mar, 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/jV6pyLnCYRYwRp4bGwJpZMF/>> . Acessado em: Set, 2023.

POWER, T; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre a corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. Revista Sociologia Política, Curitiba, 21, Nov, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/rX543j76HhXWmCF99rtBcnC/?format=pdf&lang=pt>> . Acessado em: Set, 2023.

TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América. Coleção Os Pensadores. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PASQUINO, G. Comportamentalismo. In: BOOBIO, Norberto et. al. (orgs.) Dicionário de Política. 13ª edição. Brasília: UnB, 2010.

PUTNAN, R. Comunidade e democracia: a experiência italiana moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

TURGEON, M; RENNÓ, L. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil. Opinião Pública, Campinas, Vol.16, nº1, Jun, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/kFBtWkMhvysTWcNrNJ8F3mw/abstract/?lang=pt> > .Acessado em: Set, 2023.